

QUESTÕES SOBRE O ORIENTE E O OCIDENTE: UM PROJETO PARA UMA SOBERANIA GLOBAL

Maurício Demichelli*

 <https://orcid.org/0000-0001-5892-5581>

Como citar este artigo: DEMICHELLI, M. Questões sobre o Oriente e o Ocidente: um projeto para uma soberania global. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETLL15133

Submissão: fevereiro de 2022. **Aceite:** fevereiro de 2022.

Resumo: Este artigo é dedicado à análise das relações entre o Ocidente e o Oriente. Partindo das teorias propostas por Hardt e Negri (2001), analisamos a construção discursiva da noção de império, principalmente no que tange ao papel da Organização das Nações Unidas (ONU) e a sua base ideológica. Também consideramos como o discurso da mídia engendra a noção de soberania da própria ONU e dos países que a compõem, em especial dos Estados Unidos. Observamos o discurso contido na Declaração dos Direitos Humanos e a forma como ele constitui o discurso da guerra na Síria. Consideramos que essa Declaração é construída a partir de valores de um projeto ideológico americano que se alarga em âmbito internacional e que, por meio de mecanismos de controle da paz e da ordem mundial, visa expandir a noção de soberania.

Palavras-chave: Discurso político. Guerra na Síria. Soberania. Estados Unidos. Discurso da ONU.

* Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: mauricio.demichelli@outlook.com

Os crimes contra os direitos humanos, especialidade dos regimes totalitários, podem sempre justificar-se pela desculpa de que o direito equivale ao que é bom ou útil para um todo, em contraste com as suas partes. (O lema de Hitler, de que “o direito é aquilo que é bom para o alemão” é apenas a forma vulgar de uma concepção da lei que pode ser encontrada em toda parte [...])
(ARENDDT, 2013 [1951], p. 428).

Longe ainda de um desfecho e com possibilidades de se tornar uma guerra endêmica, como no clássico *1984* de George Orwell, a Síria enfrenta os desdobramentos de ações políticas que se iniciaram em 2011. O Oriente ressurgue todos os anos no noticiário sempre envolto por uma disputa geopolítica ou ideológica com seus vizinhos geográficos, quer seja no mundo árabe, como no caso da Síria, ou nos conflitos advindos da antiga União Soviética, como no caso recente da Ucrânia.

Tomando a guerra na Síria como objeto de estudo, este artigo tem como objetivo discutir as questões políticas, sociais e culturais que permeiam a construção discursiva ocidental na mídia estadunidense sobre um conflito que é exterior à sua nação e a seus domínios culturais e ideológicos. O objeto de análise é a cobertura da guerra na Síria pelo jornal *The New York Times* em seu momento inicial (2011), pois acreditamos que o período delimita o princípio da construção discursiva relativa à guerra, quando os valores e os saberes sobre ela ainda estão em formação. Objetivamos tanto exemplificar o ressoar do dizer de um projeto nacional ocidental em âmbito global quanto demonstrar as relações existentes entre os Estados Unidos e o Oriente.

Iniciamos o artigo tematizando a construção discursiva daquilo que Hardt e Negri (2001) chamam de *Império*. Para isso, focamos nossa análise no discurso que vem ligado ao papel da Organização das Nações Unidas (ONU) e a sua constituição ideológica. Posteriormente, analisamos como o discurso engendra a imagem de soberania da instituição, que aparece extremamente vinculada a um projeto de soberania americana, datado de sua formação. Embora fiquemos restritos à questão americana por ser esse o objeto de estudo desta pesquisa, devemos lembrar que os Estados Unidos não são a única fonte desse discurso, já que encontramos origens vinculadas a outros projetos nacionais.

Na sequência de nossas exposições, analisamos de que maneira o discurso apresenta o projeto de expansão americano, que estabelece uma relação conflituosa com o Oriente Médio. A seguir, centramos a discussão na materialização discursiva daquilo que Chomsky (1999) chama de *Rogue States*. Temos por objetivo investigar a imagem do “Império do mal” construída pela narrativa da guerra e da subjugação do Oriente. Finalmente, traçamos um panorama que nos permite sustentar a hipótese de que o discurso da guerra viabiliza a fabricação da aquiescência legitimadora da intervenção ocidental e coloca em ação o plano de soberania hegemônica do Ocidente.

O PAPEL DA ONU E SUA ORGANIZAÇÃO IDEOLÓGICA

Esclarecemos, inicialmente, aquilo que Hardt e Negri (2001) chamam de *império* e qual o papel das Nações Unidas em sua constituição.

Michael Hardt e Antonio Negri (2001) chamam de *Império* a atual forma da economia mundial, em que a soberania do Estado-nação é colocada em xeque por sua incapacidade de regular as trocas econômico-culturais. Nesse sentido, a palavra *Império* é usada metaforicamente, sem referência a fronteiras nem a nações, mas sim a um “aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12).

Em sua constituição, a origem desse *Império*, segundo esses autores, constituiu-se juridicamente, tendo a ONU um papel essencial em sua formação. Criada a princípio para manter a segurança mundial, as Nações Unidas acabam por promover um “constitucionalismo global” que legitima o *Império*.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é exemplo desse constitucionalismo “imperial”. Segundo Clark (1997), a declaração é dominada por preocupações, interesses e valores de um segmento bastante pequeno e rico, como Estados Unidos, Inglaterra e França, que compõe as Nações Unidas. A declaração, segundo o autor, explicita ideias que enfatizam direitos políticos enraizados na longa história desses países.

Arendt (2013 [1951]) observa que há, desde o princípio da Declaração dos Direitos Humanos, um paradoxo contido nela. Ela se refere a um ser humano “abstrato”, a um homem que não existe, pois, segundo a autora, até os homens primitivos viviam dentro de determinada ordem social. E se um grupo de homens “atrasados” não tinha garantia de seus direitos, é porque esses homens não tinham ainda atingido certo grau de civilização. Dessa forma, os direitos dos homens estariam ligados a uma ideia de povo, de um Estado-nação, nos moldes da pós-Revolução Francesa, e não ao indivíduo em si. A autora afirma também que os direitos humanos proclamados pela Revolução Francesa e pela Americana nunca foram uma questão prática. Eram invocados para diminuir a insegurança nacional em conflitos, ou para defender certos indivíduos do poder crescente do Estado.

Para início de nossa análise, e baseando-nos no documento dos direitos humanos, apontamos que há, inicialmente, a necessidade de atribuir à Síria um *status* que lhe permita ser jurisdicionada por essa lei. Como mencionamos anteriormente, a lei tem um caráter global e, portanto, pode e deve ser aplicada em qualquer local onde tenha sido violada. Há, entretanto, a emergência de declarar a sua violação para que seu constitucionalismo possa ser aplicado e sucessivas ações possam se desenvolver. Nos excertos abaixo, todos da mesma matéria, publicada em 12 de maio de 2011 sob o título de *Signs of Chaos in Syria's Intense Crackdown*, observamos as justificativas constitucionais para que a lei possa ser legitimada em território sírio.

1

Residents have reported that hundreds of detainees are being held in soccer stadiums, schools and government buildings in various towns and cities across the country, some of them arrested in door-to-door raids by black-clad forces carrying lists of activists.

2

*Others have said the **arrests are often arbitrary**, sometimes for little more than a **tattered identity card**, in a campaign that seems motivated to bully people to stay indoors and to restore a **measure of the fear** that has buttressed the Assad family's four decades of rule. Many men **have been forced to sign a pledge** not to protest again, residents said.*

*"The reaction of the authorities has excluded **any possibility of having a rational solution**," said Rassem al-Atassi, the president of the Arab Association for Human Rights in Syria, in Homs, the country's third largest-city and a center of the uprising.*

3

*The **brutality of the repression** has led the United States and the European Union to impose some sanctions on figures in the leadership, though not on Mr. Assad himself.*

4

*Mrs. Clinton said that the United States would now pursue "additional steps to hold Syria responsible for its **gross human rights abuses**."*

*"There may be some who think this is a sign of strength," she said, "but **treating one's own people in this way is in fact a sign of remarkable weakness**."*

Logo do primeiro excerto 1, o texto denuncia a questão da supressão da liberdade, ao afirmar que há cidadãos sendo detidos por suspeita de envolvimento político e que muitas dessas prisões, baseadas numa lista de ativistas, são, de acordo com o excerto 2, arbitrarias. O texto ainda atribui às forças do governo Assad tentativas de estabelecer um clima de medo e, por muitas vezes, obrigar os cidadãos a assinarem a promessa de não se envolverem novamente com protestos. Essa primeira parte do texto projeta claramente o estado de supressão de direitos garantidos pela Declaração dos Direitos Humanos, tais como a liberdade e a justiça. O artigo 9 da Declaração afirma que "Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado", e convém notar que o excerto do jornal faz exatamente o mesmo uso da palavra "arbitraria", numa relação intertextual direta com a forma da lei.

Observamos ainda que o artigo 12 da Declaração explicita que:

Ninguém sofrerá intromissões arbitrarias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda pessoa tem direito à proteção da lei (ONU, 1948).

Nesse sentido, podemos admitir mais uma violação que o excerto deixa transparecer ao mencionar, contrariando o artigo da Declaração, que "*some of them arrested in door-to-door raids by black-clad forces carrying lists of activists*".

Nos excertos seguintes, revela-se a descrição da intensidade das ações da força policial síria, a qual fortalece a ideia de quebra da lei. Em primeiro lugar, as autoridades são descritas como *irracionais* por um ativista dos direitos humanos na Síria, o que dá credibilidade à informação. A seguir, o texto usa duas adjetivações, "*brutality*" e "*gross*", que, como dissemos, intensificam a violação

dos direitos humanos e dão maior dramaticidade a ela. Por fim, e não menos importante, esses atributos têm origem na voz de uma americana, Hillary Clinton, que reitera e endossa toda a dramaticidade da ação da polícia síria sob o comando de Bashar.

Todo esse discurso visa tanto a deflagrar a violação das leis internacionais quanto a validar a constitucionalidade da declaração dos direitos humanos. Ao levar essas declarações à opinião pública, o texto instaura um estado de direito na Síria baseado em um constitucionalismo internacional, sendo ou não a Síria membro das Nações Unidas.

Essas mesmas características estão presentes no editorial do jornal publicado em 3 de junho de 2011, agora um artigo de opinião do próprio jornal, e não uma reportagem, como da outra vez. Gostaríamos neste momento de analisar a incidência de palavras e expressões que endossam o quadro anteriormente construído. São, elas todas, do mesmo artigo:

5

<i>reign of terror</i>
<i>escapes strong condemnation</i>
<i>real punishment</i>
<i>protesters have been killed</i>
<i>have been arrested</i>
<i>tortured body</i>
<i>brutality</i>
<i>murder</i>
<i>Mr. Assad and his thugs</i>
<i>protesters were killed</i>
<i>journalists are barred</i>
<i>vicious</i>
<i>After the killing</i>
<i>condemn the bloodshed</i>
<i>shameful stance for a democracy</i>

No texto, encontramos expressões que dramatizam a situação dos protestos na Síria, todas elas ligadas ao cenário de uma guerra bárbara promovida por um governo, segundo o artigo, ilegítimo e brutal. Um dado relevante para nós nesse editorial é a demanda que o texto faz por uma ação mais efetiva dos Estados Unidos e do Conselho de Segurança da ONU.

6

After the killing began, the United States and Europe imposed sanctions — mostly travel bans and asset freezes — on certain key regime officials while exempting Mr. Assad. Only later did they add his name to the list. The rhetoric is stiffening.

Most appalling, the United Nations Security Council is unable to muster the votes to condemn the bloodshed much less impose sanctions.

Há uma crítica sobre como o país e a instituição estão agindo em relação ao assunto. O próprio jornal, por meio de seu editorial, se posiciona como opinião pública que observa o cenário de barbárie e se coloca contra o governo Bashar e a favor da aplicação mais rigorosa da lei. Segundo nossa percepção, há um apelo a essas duas partes da Declaração: o primeiro, um trecho do preâmbulo que diz:

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades [...].

O segundo, artigo 28 da Declaração, que diz: “Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”¹.

O jornal passa a representar uma espécie de voz internacional que, mesmo contrariando seu próprio país ou os dirigentes das Nações Unidas, objetiva denunciar, fazer conhecer, fiscalizar a gerência dos direitos promovidos pela Declaração, além de opinar sobre essa gerência. Nesse caso, *contrário* não significa um embate direto, mas sim uma forma de garantir que o projeto contido no documento possa ser priorizado em detrimento de quaisquer interesses políticos ou econômicos. O jornal adquire, com essa postura, uma qualidade que extrapola as fronteiras nacionais e passa a funcionar como um discurso que, independentemente de sua origem nacional, tem por função garantir um projeto ideológico maior.

Assim admitido, voltamos ao que construímos anteriormente: o projeto ideológico ocidental, muito similar ao próprio projeto de nação americana, que se propaga por todo o mundo, ganhando voz e visibilidade e anunciando, mais uma vez, seu caráter epistemológico.

A análise realizada já aponta o que será discutido a seguir, a noção de soberania das Nações Unidas e seu vínculo discursivo com o projeto americano. Ao adquirir uma voz acima das fronteiras nacionais, a ONU legitima um papel regulatório de todos os movimentos de tensão internacionais; transforma-se, portanto, em uma instituição-chave para a resolução de conflitos, quer pelos mecanismos diplomáticos, quer pela autorização para o uso da força. Por isso, buscamos em nosso *corpus* os discursos que constituem tanto seu papel regulatório e decisor quanto o simulacro de soberania em relação a interesses de outros Estados-nações.

Sabemos que, em momentos de conflitos internacionais, a ONU funciona como uma espécie de juiz que avalia a situação e prepara uma série de ações que objetivem a resolução deles. Essa avaliação se dá por meio do Conselho de Segurança, composto por 15 membros, dentre os quais cinco têm direito a veto, ou seja, qualquer decisão deve ser sancionada pelo grupo e não conter o veto de nenhum desses cinco. Os representantes que têm direito o veto são

1 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Esse conselho é o único órgão competente para estabelecer decisões que, obrigatoriamente, devem ser seguidas por todos os Estados-membros. Lembramos que a Síria é membro da ONU desde 1945 e foi apenas três vezes membro do Conselho de Segurança: 1947-1948, 1970-1971 e 2002-2003. A título de comparação, o Brasil foi membro dez vezes. Segundo o *site* da ONU², as principais funções do Conselho de Segurança são:

- Manter a paz e a segurança internacional.
- Determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os capítulos VI, VII e VIII da Carta.
- Investigar toda situação que possa se transformar em conflito internacional.
- Recomendar métodos de diálogo entre os países.
- Elaborar planos de regulamentação de armamentos.
- Determinar a existência de ameaça contra a paz.
- Solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão.
- Recomendar o ingresso de novos membros na ONU.
- Recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral.

Devemos retroceder, na análise do nosso *corpus*, ao início do conflito para obter um panorama do posicionamento discursivo da ONU, segundo relatos do jornal. Para isso, selecionamos excertos de um artigo de 8 de junho de 2011, com o título de *New Move to Condemn Syria in U.N.*, que nos traz o panorama das ações e dos posicionamentos dos países no Conselho.

8

UNITED NATIONS — Britain and France circulated a revised draft resolution at the United Nations Security Council on Wednesday that would condemn the Syrian government for using force against its own civilians, but would scrupulously avoid a call for military action or any sanctions against the Syrian government.

9

China and Russia, both veto-wielding permanent members of the 15-member Security Council, have been resistant to support even a media statement condemning Syria, fearing that it could be a prelude to a similarly aggressive intervention.

2 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>

10

Vitaly Churkin, the Russian ambassador to the United Nations, said Wednesday that Russia did not support a resolution on Syria. “We are not persuaded it can help establish dialogue and reach a political settlement,” he said. “We’re concerned it will have the opposite effect.”

United Nations diplomats said Russia, a powerful ally of Syria, was using the situation in Libya as a justification to oppose action in Syria, arguing that NATO’s risky intervention in Libya, under a United Nations mandate to protect civilians, had gone too far and risked becoming a protracted stalemate.

11

Voicing American support for a resolution condemning the violence used by the Syrian government against its own people, Susan E. Rice, the United States ambassador to the United Nations, said Wednesday that some countries on the Security Council were disingenuously using Libya as a pretext not to pass a resolution on Syria. “We will be on the right side of history,” she said.

French and British diplomats said Wednesday that they had revised the language of the original resolution with the aim of making it politically untenable for Russia or China to block it.

O primeiro parágrafo da reportagem (excerto 8) constrói a narrativa das ações do Conselho de Segurança. Como em qualquer Estado-nação, uma proposta deve ir à votação sob a forma de projeto, ou seja, de um documento que estabeleça o curso das ações e os posicionamentos da instituição. Em nosso texto, um documento foi preparado, em uma versão já revisada, pela França e pelo Reino Unido, que condenavam as ações do governo Bashar, sem fornecer detalhes de seu teor. Encontramos apenas a descrição genérica “*that would condemn the Syrian government for using force against its own civilians*” e a afirmação “*scrupulously avoid a call for military action or any sanctions against the Syrian government*”. Perguntamo-nos se o documento em questão seria apenas uma espécie de posicionamento oficial da instituição, sem intenção de estabelecer ações, pois, segundo a descrição, seria uma espécie de nota de repúdio sem qualquer objetivo de ações maiores, como vemos no segundo trecho.

Se entendemos o documento como uma espécie de nota de repúdio, podemos associá-lo a uma estratégia de marketing da instituição com o fito de provocar um efeito social na mídia, isto é, uma espécie de “agenda setting” que, ao se propagar pela mídia, estaria presente nas questões discutidas pela opinião pública, estabelecendo temas e interesses do público. Consideramos esse movimento como uma espécie de incentivo discursivo que objetiva estabelecer um discurso sobre a guerra e sobre o governo Bashar, embasado nos princípios ideológicos de seus idealizadores. Em outras palavras, levantamos a hipótese de o documento buscar o estabelecimento na opinião pública de uma posição discursiva que condena o governo Bashar e prepara a opinião para futuras deliberações que não feririam a imagem pacífica e justa da instituição e de seus elaboradores.

O excerto 9 fundamenta nossa percepção ao colocar dois países com histórico democrático discutível contra a proposta da França e do Reino Unido. A ideia ganha ainda mais força no momento em que o artigo cita textualmente o medo

da China e da Rússia de declarar publicamente uma condenação do governo sírio. O trecho “*have been resistant to support even a media statement condemning Syria*” parece até um pouco contraditório, já que todo o teor do artigo e dos valores dos países que elaboraram o documento é o de condenação. Entretanto, entendemos que essa contradição tem como função estabelecer não uma dúvida no Conselho de Segurança, mas sim constituir um *Eu* e um *Outro*, numa oposição entre o lado certo e o errado da história. Esse nosso entendimento será demonstrado por intermédio do último trecho escolhido, em que surgem as seguintes palavras da embaixatriz americana na ONU: “*We will be on the right side of history*”.

Logo após a apresentação da opinião da Rússia e da China, o excerto 10 expressa as palavras do embaixador russo, dizendo-se não estar convencido de que uma resolução, tal como a proposta, ajude a atingir algo satisfatório, além de estar temeroso de até mesmo um efeito contrário. Em seguida, o texto faz questão de afirmar que a Rússia sempre foi um forte aliado sírio, questionando a imparcialidade do embaixador e, conseqüentemente, derrubando a credibilidade dele. Imaginamos que um leitor do artigo imediatamente se colocaria ao lado da resolução e repudiaria a atitude russa.

Por fim, em 11, o texto afirma que o documento passou por uma revisão de linguagem – “*revised the language of the original resolution with the aim of making it politically untenable for Russia or China to block it*” –, que impossibilitaria os vetos russo e chinês. Novamente, não há menção ao teor do texto e muito menos à revisão feita. Sobre essa última, levantamos o questionamento sobre que tipo de revisão linguística seria essa capaz de atribuir tal poder ao texto. A nosso ver, nenhum texto está isento de interpretações nem consegue ser argumentativamente tão perfeito que não possa ser contradito. Percebemos que negar posições contrárias ao documento é apenas uma estratégia para a construção de um consenso sobre a condenação do governo sírio, isto é, uma estratégia que busca estabelecer um consenso pré-construído para, futuramente, ser usado no julgamento das ações contrárias da Rússia e da China.

Voltando à questão da soberania da ONU, as discussões já apresentadas neste trabalho permitem-nos perceber que a instituição vai trilhando um caminho de consensos, sejam eles entre as nações, sejam entre a instituição e a opinião pública. Essa fabricação de consensos viabiliza que a instituição se coloque num papel internacionalmente soberano para garantir uma aparente neutralidade na resolução de conflitos. O próprio funcionamento das Nações Unidas e, conseqüentemente, de seu Conselho de Segurança se assemelha ao funcionamento de um Estado democrático onde tudo é aprovado por meio de projetos, votações, discussões, reescritas de projetos e novas votações e discussões entre os diversos atores políticos que compõem o todo. Essa primeira análise trouxe alguns elementos que apontaram como se estruturam alguns dos discursos produzidos pela instituição e como esses são veiculados pela mídia.

Focalizemos, nesse momento, não a operacionalidade do discurso, mas sim seu conteúdo. Para tanto, selecionamos alguns excertos de um artigo do jornal intitulado “*U.N. Resolution on Syria Blocked by Russia and China*” e publicado em 4 de outubro de 2011.

Contextualizemos o artigo em questão. O Conselho de Segurança da ONU cria um documento que condena e estabelece sanções ao governo sírio, como tentativa de pressão para acabar com a onda de massacres a civis. O documento

obteve nove votos favoráveis, quatro abstenções e dois contrários de países que têm direito a veto. Por isso o documento não foi aprovado. O texto então procura discutir as posições a favor e contra, sendo, evidentemente, a favor do documento. Na argumentação, o texto expõe as justificativas dos dois lados, resumidas no quadro abaixo:

12

Favorável	Contrário
<i>support a move toward democracy</i>	<i>Security Council's resolution on Libya had been twisted to encompass a NATO war against the Libyan government and saying they were determined not to repeat that.</i>
<i>which nations have chosen to ignore their calls for democracy and instead prop up desperate, cruel dictators</i>	<i>Western powers were using humanitarian issues as a pretext to try to weaken Syria and allow Israeli hegemony in the Middle East.</i>
<i>"grave and systematic" human rights violations</i>	<i>against the peaceful solution of the crisis on the basis of a Syrian national dialogue</i>
<i>want to continue to sell arms to Syria</i>	<i>might increase violence there, particularly because many Syrians do not support the antigovernment movement.</i>
<i>arbitrary executions, excessive use of force and the killing and persecution of protesters.</i>	
<i>should be granted fundamental human rights, including freedom of expression</i>	

Ao dividir os argumentos lançados pelo texto, observamos uma distinta orientação ideológica. Os argumentos favoráveis baseiam-se, integralmente, nos princípios gerais da Declaração dos Direitos Humanos, materializados nas expressões do tipo *democracy*, *rights violation*, *persecution* e *freedom*. Todas essas palavras fazem parte daquele sistema semântico ao qual já nos referimos e reiteramos os princípios ocidentais delineadores do discurso das Nações Unidas.

Também os argumentos contrários apontam exatamente para o mesmo lugar, com a diferença de que afirmam existirem interesses políticos encobertos por um discurso humanitário. Também apontam para o fato de que qualquer sanção externa pode influir negativamente, já que não promoveria o diálogo nacional, nem respeitaria a parte da população que não apoia os movimentos.

Também notamos que, em nenhum momento, o lado contrário se opõe às questões humanitárias, nem sequer desmente os abusos do governo sírio. A preocupação não está em questionar a veracidade da violação dos direitos humanos nem sequer os próprios direitos, mas sim naquilo que subjaz a sua evocação. No pensamento contemporâneo, não seria possível questionar os princípios contidos na Declaração: nenhuma nação, nenhuma entidade, nenhum cidadão seria

capaz de dizer, sem ser “apedrejado” por seus pares, que o conteúdo da Declaração está equivocado.

A Declaração dos Direitos Humanos torna-se inquestionável. O que é possível, como vimos no quadro acima, é evocá-la ou questionar os interesses que subjazem ao seu uso. Dessa forma, o documento ganha um caráter soberano, assim como a instituição que o elaborou e o administra.

A seguir, os dois excertos finais do artigo (13 e 14) deixam claro que o teor das questões humanitárias não está sendo discutido, mas sim os interesses específicos dos Estados-nações membros do Conselho.

13

The resolution on Libya approved by the Council in the spring was intended to protect civilians, Mr. Churkin said. But he contended that it was used instead as an excuse to fuel a civil war, with the North Atlantic Treaty Organization bombing civilian targets like television stations and oil facilities. The Chinese ambassador echoed those sentiments.

14

Ms. Rice, the American envoy, described the United States as “outraged” by the failure of the Council to pass the resolution. She dismissed the comparison to the Council’s resolution on Libya as a “cheap ruse” by countries that want to continue to sell arms to Syria, and she derided the idea that the Syrian government just needed more time to carry out reforms.

O excerto 13 expõe, nos argumentos do embaixador russo, a posição dos contrários à resolução do Conselho de Segurança e faz referência a um documento anterior ao do Conselho, que tinha por objetivo conter a violência na Líbia. A estrutura sintática usada pelo texto anuncia um plano não realizado e que, em seguida, sofre um desvio, conforme se verifica nas seguintes sequências: “*was intended to protect civilians*” e “*was used instead as an excuse to fuel a civil war*”. Em seguida, o texto faz um ataque afirmando que o documento beneficiou a Nato (North Atlantic Treaty Organization), ou Otan, que, sendo uma instituição intergovernamental, é constituída em sua maioria por membros da Europa e da América do Norte. Seu principal objetivo é a defesa mútua dos países-membros, quando atacados por outras forças externas.

No excerto 14, o posicionamento é dos que são a favor da resolução do Conselho de Segurança. O que observamos é a mesma forma de ataque, que, dessa vez, adquire materialidade na expressão “*‘cheap ruse’ by countries that want to continue to sell arms to Syria*”. Anteriormente, o texto já havia citado o interesse dos Brics. Dessa vez, a instituição então formada por Brasil, Rússia, Índia e China e que objetiva a cooperação econômica e política é acusada de ter interesses econômicos no fomento da guerra. Os países do Bric são aqueles que se abstiveram de votar, ou vetaram o documento. A afirmação da enviada americana procura, então, responder por meio do mesmo tipo de argumentação usado pelo russo Sr. Churkin, para defender seu ponto de vista.

Pela análise dos dois excertos (13 e 14), observamos que nenhum dos dois lados questiona os aspectos humanitários na Síria, nem mesmo as mortes, os

massacres, as prisões e as violências. Muito pelo contrário, a realidade síria parece transformar-se em mero pano de fundo para questões de interesses e ataques de blocos econômicos e políticos. O que ressaltamos, observando também outras reportagens, é que em momento algum a soberania da ONU e o teor ideológico daquilo que ela defende são questionados, pois colocar-se contra tal documento seria ir na contramão da ideia de desenvolvimento da própria humanidade, portanto seu valor legítimo, universal e supranacional é assegurado, assim como sua ideologia.

Arendt (2013 [1951], p. 428), na esteira de Burke (1790), afirma que

[...] os direitos de que desfrutamos emanam “de dentro da nação”, de modo que nem a lei natural, nem o mandamento divino, nem qualquer conceito de humanidade como o de “raça humana” de Robespierre, “a soberana da terra”, são necessários como fonte da lei.

Portanto, não podemos compreender a Declaração dos Direitos Humanos como um mandamento divino, nem como uma lei natural, nem ainda como uma concepção de humanidade. Esses direitos surgem de um discurso que emana de dentro de uma nação e, como analisado, aderem a um projeto de origem americana.

A EXPANSÃO AMERICANA E A CONFLITUOSA RELAÇÃO COM O ORIENTE

Sempre houve uma relação conflituosa entre os Estados Unidos e o mundo árabe. Said percebe que a nação americana nunca permitiu a independência desses países, pois isso poderia representar um entrave ao plano imperialista americano ou enfraquecer seu maior aliado árabe, Israel (cf. CHOMSKY; SAID, 1999).

A relação Estados Unidos e mundo árabe se intensifica com o término da Guerra Fria. Aos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, e mais ativamente após o fim da Guerra Fria e o enfraquecimento do projeto socialista, atribuem-se, com o aval de outras nações, a responsabilidade de fiscalizar o mundo numa nova ordem e legislar sobre ele. Como explicitado anteriormente, Hardt e Negri (2001) afirmam que o país assume uma postura de polícia internacional, capaz de garantir uma lei supranacional que sustente, assim, uma espécie de poder hegemônico.

Arendt (2013 [1951]) afirma que não importa o tamanho dos conflitos no Oriente Médio, eles sempre atrairão a intervenção das superpotências. Aliás, segundo a autora, o que menos importa de fato são os conflitos, que parecem manipulados ou provocados por interesses que passam longe daquilo que está em jogo na região.

De acordo com Arendt (2013 [1951]), os Estados Unidos, por meio de sua política externa, assumem a responsabilidade de fazer guerra contra uma nação para proteger outras que nem são suas vizinhas. A autora vê algumas dessas nações contra as quais os Estados Unidos promovem a guerra como meros degraus para a dominação, a extensão de riquezas e o acúmulo de poder.

A partir deste momento, colocamos em tela o *projeto imperial americano* e sua extensão pelo mundo árabe, esse último representado pela Síria. Começamos por um artigo publicado no jornal em 19 de setembro de 2011 sob o título de *“U.S. Is Quietly Getting Ready for Syria Without Assad”*.

Antes da análise propriamente do texto, gostaríamos de nos deter no título do artigo. Como se observa, o texto afirma haver um projeto de controle da Síria pelo governo americano e torna-se ainda mais sugestivo devido ao modificador *quietly*. O uso desse advérbio pode gerar o entendimento de que a ação está sendo executada de modo secreto, sem explicar o motivo do segredo e sem precisar sua intencionalidade. Outra imprecisão da manchete é a expressão *“getting ready”*, que pode significar uma infinidade de possibilidades e ser usada com verbos como governar, administrar, tomar conta, partir etc. Buscamos no texto alguma resposta ao que é proposto no título:

15

*Increasingly convinced that President Bashar al-Assad of Syria will not be able to remain in power, the Obama administration has begun to make **plans for American policy in the region** after he exits.*

*Officials at the State Department have also been pressing Syria's opposition leaders to **unite as they work to bring down the Assad government, and to build a new government.***

16

*That awareness is fueling the desire to plan for a post-Assad era, Obama administration officials say. **“Nobody wants another Iraq,”** one administration official said on Saturday, speaking on the condition of anonymity.*

17

*fear that the image of **American intervention might do the Syrian opposition more harm than good.***

O primeiro excerto (15) confirma os planos americanos para a região síria e faz referência à existência de uma *“American policy in the region”*, em que *“policy”* pode ser definida como um curso de ações ou de princípios adotados por um governo ou por uma empresa e implantados para um propósito e uma intencionalidade. *“Policies”* são guias de ações que buscam alcançar um resultado. Ao mencionar que há uma *“policy in the region”*, o texto afirma a existência de um interesse americano na região, que pode ser associado ao que chamamos, neste texto, de *projeto imperial americano*.

O segundo e o terceiro excertos (16 e 17), assim como outras passagens do texto, expressam a preocupação com a saída do presidente Bashar. A Síria é composta por inúmeros grupos de etnias, de origens e de fundamentos religiosos diferentes entre si. Por esse motivo, a saída de Bashar poderia alavancar uma crise interna pela luta por poder entre os grupos, agravando ainda mais a situação e a estabilidade na região. Notamos que parte desse projeto americano é conter essa crise interna, havendo, para isso, o esforço do Departamento de Estado Americano em unir os diferentes grupos em prol de um novo governo. Isso nos remete um pouco à própria história de independência americana, segundo a qual 13 colônias, com objetivos e interesses diversos, unem-se para derrotar a

Inglaterra e estabelecer um novo sistema político para o país, elaborando uma constituição genérica que garantisse a fundação de uma unidade democrática.

A intervenção americana deve ser bastante cautelosa, como informam os próximos dois excertos (17 e 18), pois poderia detonar uma crise interna que causaria mais mal do que bem aos grupos opositores. O excerto 17 afirma a existência de uma espécie de medo da intervenção americana, “*fear that the image of American intervention*”, o que poderia explicar o advérbio “*quietly*” usado no título. Entretanto, considerando que nem o medo, nem a iminência de um conflito entre os opositores do governo Bashar interferem na elaboração da política americana para a região, a intervenção torna-se apenas mais cautelosa.

Na intenção de identificar que política poderia ser essa, resgatamos as ideias de Hardt e Negri (2001), discutidas anteriormente, sobre as características da soberania americana. Para tanto, observamos as três características apontadas pelos autores, a saber: a imanência do poder, a finitude/ponto de crise e o projeto expansionista aberto em espaço ilimitado. Vejamos os seguintes excertos (18, 19 e 20) de um editorial publicado em 30 de setembro de 2011 sob o título “*America’s Man in Damascus*”.

18

Robert Ford, the United States ambassador in Damascus, is an exemplary and courageous diplomat. While President Bashar al-Assad of Syria and his henchmen have been slaughtering their people, Mr. Ford has been traveling the country, standing with the pro-democracy opposition and bearing witness to their sacrifice.

His actions are giving hope to Syrians, and clearly frightening the regime.

19

Mr. Ford has well proved the value of his presence, and Mr. Obama’s wisdom in keeping him there. A seasoned diplomat and Arabic speaker, Mr. Ford has a reputation for getting to know the people of the country where he serves, not just attending embassy parties and official meetings.

20

In Syria, he has gone to funerals of murdered protesters and chatted with Syrians of all views on Facebook and Twitter. His knowledge and analysis of what is happening on the ground is essential at a time when Washington is rallying international condemnation of Mr. Assad’s brutality and weighing what further steps to take.

O primeiro excerto (18) apresenta o embaixador americano em Damasco e sua posição fundamental de conciliador de conflitos. O texto ressalta suas qualidades, “*exemplary and courageous*”, numa clara associação a um soldado na frente de batalha, no exercício da paz. O parágrafo introduz uma oposição, indicada pelo conectivo “*while*”, entre a postura do diplomata e a do presidente Bashar: o primeiro dialoga com todos os opositores, enquanto o segundo mata violentamente seus próprios cidadãos. Ao final do excerto, afirma-se a postura política do embaixador, ao lado dos opositores pró-democráticos, servindo como testemunha do sacrifício do povo.

A presença do embaixador acena para a legitimidade externa da causa defendida pelos opositoristas: alguém que testemunha o sacrifício de um povo para se libertar de um regime absoluto com vistas à democracia e à liberdade. Como num movimento pela independência, o fato deve ganhar características heróicas, e o uso das expressões “*courageous*”, “*sacrifice*” e “*hope*” reforça essa ideia.

Hardt e Negri (2001) defendem que o primeiro momento para o desenvolvimento da soberania americana surge entre a independência e a guerra civil. No período pós-independência, o país é visto como um espaço aberto de construção coletiva, livre de domínios coloniais. Analogamente, o discurso do jornal tem muitas afinidades com as ideias de independência; nesse sentido, Bashar representaria a Inglaterra, e os rebeldes, os americanos que ansiavam pela democracia e pela liberdade.

Mais adiante, no excerto 19, o artigo aproxima a identidade do embaixador à dos sírios, afirmando que, além de conhecer a língua, o embaixador tem a reputação de conhecer muito bem o povo do país a que serve. Interessante observar que o texto deposita no conhecimento linguístico a questão da aproximação com a cultura, pois, ao falar árabe, o embaixador torna-se um pouco mais árabe. Outro detalhe observado é o uso do verbo “*serve*”, que reforça a ideia anterior de um soldado americano.

Por fim, o último excerto (20) complementa nossas considerações analíticas. Ao afirmar que o embaixador “*chatted with Syrians of all views on Facebook and Twitter*”, o papel de conciliador fica delineado. É que o texto constrói a imagem de um lugar em conflito contra seu governo, mas que possui a pluralidade de visões sobre o fato. Mencionada anteriormente, essa multiplicidade do país pode se transformar em um problema que possivelmente se materialize em ingovernabilidade na eventual saída de Bashar, colocando o país em outra guerra.

Com base em nossa memória discursiva, resgatamos as características de uma figura histórica e emblemática da história americana: George Washington. Comandante da guerra pela independência americana, presidiu o grupo que elaborou a constituição e foi nomeado o primeiro presidente da nação. Como presidente, adotou um tom conciliatório, fazendo cessar as revoltas, unindo grupos rivais e obtendo aceitação de todos os americanos. Muitas são as similaridades entre a imagem desse ex-presidente e a imagem criada do embaixador Ford. A presença de uma figura heroica, de um soldado da nação, de nobres ideais e de conciliador acompanha a formação da nação americana desde sua formação e é repetida ao longo da história do país, ao abranger grandes personalidades, como George Washington e Barack Obama, ou pequenas e não tão populares, como o embaixador Robert Ford.

Todas essas figuras trazem em comum a ideia de imanência de um poder que vem de um corpo social e que tem, nesse seu único objetivo, um conceito de que ele é seu princípio e seu fim. Karnal (2001) afirma que a constituição americana começa invocando o povo e falando de seus direitos, numa clara acepção de que o povo é o princípio e o fim daquilo que se constitui como poder. Também, a ideia de que uma pluralidade pode se tornar um único país está presente no lema criado na fundação dos Estados Unidos. Karnal (2001) afirma que “*E pluribus unum*” (de muitos um) representa um país unificado, nascido de várias colônias. O autor sustenta que, apesar de todas as limitações do movimento da independência americana, esse movimento significa um fato histórico novo, promulgando a soberania do povo como modo de derrubar formas de governo e

romper a ligação entre governante e governado quando os cidadãos não tivessem seu direito garantido.

Notamos o funcionamento discursivo de caráter duplo e contraditório. Ao mesmo tempo que a ideia de a imanência do poder dar a qualquer povo uma suposta construção de soberania, atribuindo a ele o governo sobre si mesmo, ela constitui uma base ideológica de origem americana, territorializando, dessa forma, seus princípios ideológicos e promovendo sua expansão.

Analisamos agora um segundo conceito, levantado por Hardt e Negri (2001): o de finitude e do caráter conflituoso da multidão. Relembramos que os autores concebem que a ideia de liberdade soberana gerada no primeiro momento da pós-independência torna-se contraditória durante a Guerra Civil. A escravidão, parte da organização social americana, torna-se um entrave à soberania da liberdade e à formação de um povo livre. A expansão de um projeto americano de liberdade não poderia ser concretizada enquanto o país não pudesse resolver internamente seus conflitos. Pela segunda vez, no governo Lincoln, com o fim da escravidão, o país se reinventa, criando hipoteticamente uma nação de homens com direitos iguais perante a lei. A figura de Lincoln é mais uma dessas imagens heroicas de homens exemplares e corajosos, iguais à construída pelo jornal do diplomata americano Robert Ford.

Sem dúvida, encontramos em nosso *corpus* inúmeros exemplos de contradições internas na Síria, visto que o país, como já afirmamos diversas vezes, possui diversidade étnica e religiosa bastante grande. Não focamos nesse tipo de conflitos e contradições, mas elegemos como foco principal analisar não só as contradições do discurso americano, mas também de que maneira ele se reinventa, fazendo perpetuar as ideias principais de seu projeto nacional. Para isso, observamos o excerto abaixo, retirado de um artigo de opinião sob o título de *Why we shouldn't attack Syria (Yet)* e publicado em 2 de fevereiro de 2012.

21

In the 63 years since the United Nations adopted a genocide convention in the wake of the Holocaust, world leaders have failed to prevent the deaths of millions, from Biafra and Cambodia to Rwanda and Darfur — not just because they have lacked the political will to intervene, but also because of the norm of genocide itself. By setting the bar for intervention so high — unmistakable evidence of clear intent to destroy a national, ethnic, racial or religious group — the international community has stuck itself in a Catch-22: by the time it is clear that genocide is occurring, it is often too late to stop it.

22

For weeks, the United States and other nations appeared paralyzed, unclear whether Colonel Qaddafi's brutality would reach the level of genocide,

But rather than seeking regime change to prevent genocide, President Obama focused on the narrower objective of preventing "a humanitarian catastrophe" and explicitly ruled out foreign-imposed regime change.

23

These more modest, pragmatic goals sidestepped Mr. Gates's objections and reflect the emerging new standard for humanitarian intervention. The United States took the lead, but initially only to halt the mass-homicide campaign. And it rightly set goals that would not require an ambitious military commitment.

24

In the past few decades, the United States and other countries have successfully intervened for humanitarian purposes on three other occasions — in 1991, to stop Saddam Hussein's attempted massacre of the Kurds in northern Iraq after the gulf war, and to protect first Bosnians, in 1993, and then Kosovars, in 1999, from the Serbs' attempts at ethnic cleansing. All three humanitarian interventions occurred after thousands of people had been killed and exponentially more people had been injured or displaced. And all three were successful and saved thousands of lives.

25

None of these cases, nor the war in Libya, amounted to true genocide, where hundreds of thousands were already dead at the time of intervention. Most important, none could become a genocide because intervention stopped the killing at an earlier stage.

26

Limited military force to stop campaigns of state-sanctioned homicide is more pragmatic than waiting for irrefutable evidence of "genocide."

27

As the world's sole military superpower, the United States will be at the center of many future debates over humanitarian action. Rather than hewing to the old standard of intervening only after genocide has been proved, the emerging new standard would allow for meaningful and low-risk military action before the killing gets out of control.

Observa-se, logo no título, que o uso do advérbio “yet”, no final da frase, apoia um ataque à Síria, mas no tempo certo, isto é, o texto assume e endossa o ataque, bastando apenas esperar a hora certa. A justificativa para qual seria a hora certa vem no final do texto, em que se afirma ser necessário que as forças rebeldes, apoiadas pelos americanos, estejam isoladas e sob controle de algumas cidades para que o ataque possa evitar a morte de civis. A primeira tese que o texto sustenta é que o ataque é necessário. Em seguida, analisamos a argumentação desenvolvida para justificá-lo.

Basicamente o texto opõe homicídio e genocídio. Em 1948, o Conselho Geral das Nações Unidas adota a “Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio”, na qual genocídio é definido como “atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”.

Sobre o genocídio e o papel da ONU, o excerto afirma que, desde sua criação, “*world leaders have failed to prevent the deaths of millions*”, pois em cada situação, além da vontade política dos países, deve ser julgado se a guerra ou o conflito que está matando milhares de pessoas é ou não um caso de genocídio. Segundo o artigo, enquanto se perde tempo julgando se a guerra ou o conflito é um caso de genocídio, o que provavelmente começou como homicídio vai se tornando genocídio, matando milhares de pessoas.

Quando o texto, no excerto 21, declara que a comunidade internacional “*has stuck itself in a Catch-22*”, ele faz alusão ao romance histórico de Joseph Heller, publicado em 1961, que se tornou uma expressão usada para referir-se a uma situação sem saída, uma espécie de armadilha. Talvez essa expressão determine o que sugerimos anteriormente como o conflito e a reinvenção do discurso americano em face da contradição inerente de sua composição discursiva. Para compreender essa contradição, relembremos que tanto as Nações Unidas quanto a própria Declaração dos Direitos Humanos dialogam de maneira bem próxima com esse projeto americano. Assim, uma nação-membro do Conselho deve julgar, condenar e tomar medidas cabíveis para que as leis internacionais sejam cumpridas. E é exatamente nessa posição que tanto Estados Unidos quanto outros membros aliados acabam vivenciando a contradição do processo.

O excerto 22 expõe a inabilidade dos Estados Unidos em lidar com esse processo, ao declarar que “*the United States and other nations appeared paralyzed*”. Nesse aspecto, o texto faz clara referência ao levante popular na Líbia, avaliando os desempenhos americano e internacional e tentando estabelecer paralelos com a Síria. Ao afirmar que os países estavam paralisados, o texto assume a incapacidade de se exercerem as funções de polícia mundial dadas pelos princípios das convenções. Nesse caso, ou há uma espécie de erro na lei, ou uma inabilidade de gerenciar a lei.

De nossa parte, interpretamos não haver um erro, mas sim uma contradição inseparável do discurso promovido por esse modelo. É que, ao julgar se liberdades estão sendo violadas e ao defendê-las por meio de uma intervenção militar, o modelo coloca-se contra o próprio princípio de soberania e liberdade de uma nação. John Locke (2014 [1689]), em sua teoria sobre Estado de base contratual, já aponta a contradição dizendo que todos os direitos de um governo cessam, caso ele use a força sem direito por se colocar em guerra contra os quais a emprega. A contradição se engendra garantindo o direito de um e limitando o direito do outro. A questão do genocídio, discutida anteriormente, é um exemplo claro, segundo o qual uma situação limítrofe é a única forma legal de suspensão de direitos. Outros exemplos na história americana, e discutidos anteriormente, tais como a escravidão, a guerra civil americana e os conflitos de classe, são as contradições desse projeto que deve todo o tempo se reinventar.

Em seguida, o mesmo excerto 21 e os seguintes (22-27) passam a descrever, nas ações tomadas contra a Líbia pelo presidente Obama, o que entendemos como essa reinvenção.

Constituição do novo padrão
<i>President Obama focused on the narrower objective of preventing “a humanitarian catastrophe”</i>
<i>These more modest, pragmatic goals sidestepped Mr. Gates’s objections and reflect the emerging new standard for humanitarian intervention</i>
<i>the emerging new standard would allow for meaningful and low-risk military action before the killing gets out of control.</i>
Adequação aos discursos da ONU
<i>And it rightly set goals that would not require an ambitious military commitment.</i>
<i>Limited military force to stop campaigns of state-sanctioned homicide is more pragmatic than waiting for irrefutable evidence of “genocide.”</i>
Adequação ao discurso de um projeto nacional
<i>The United States took the lead, but initially only to halt the mass-homicide campaign.</i>
<i>All three humanitarian interventions occurred after thousands of people had been killed and exponentially more people had been injured or displaced. And all three were successful and saved thousands of lives.</i>

Todo o texto concentra-se em elencar quais são essas mudanças, ou seja, essa reinvenção da “lei”. Dividimos os trechos em blocos, agrupando-os por funções. O primeiro descreve o novo padrão de ação e se contrapõe ao antigo em termos de objetivo, afirmando que, ao não pensar grande (genocídio), uma abordagem mais restrita pode impedir uma catástrofe. O segundo legitima o novo padrão, adequando-o ao papel das Nações Unidas e sugerindo que as ações militares sejam modestas e limitadas, caso fujam de uma deflagração de guerra. O último adere o novo projeto ao discurso nacional americano, afirmando o *status* de liderança do país e seu caráter humanitário, ao salvar a vida de milhares de pessoas e, assim, garantir o direito à vida e à liberdade, contido no discurso nacional.

Dessa forma, o projeto de expansão americano é forçado a se reinventar para que os princípios que o formam possam se expandir de maneira a englobar o conflito que emana da multidão. A multidão, nesse momento, pode ser compreendida externamente como o próprio cenário internacional, em que interesses regionais se sobrepõem e, por isso, geram colisões de caráter político e ideológico.

Por fim, gostaríamos de analisar a terceira característica proposta por Hardt e Negri (2001). Os autores afirmam que é característica da soberania americana a ideia de que essa soberania, operando em espaço aberto e ilimitado, não busca destruir o outro, mas sim incorporá-lo em seus domínios, constituindo o que os autores chamam de “república universal”. Já exploramos esse tópico quando analisamos o discurso dos documentos das Nações Unidas e de seus desdobramentos no discurso da mídia: reconhecemos muito do discurso que orienta os Estados Unidos desde sua formação. Cabe apenas uma rápida passagem pelo discurso americano em si, e não na presença dele nas entrelinhas que formam o discurso institucional da ONU.

Para tanto, analisamos um artigo que expõe com clareza a expressão americana. Seleccionamos, para isso, alguns excertos da transcrição, feita pelo jornal, de um discurso do ex-presidente Barack Obama publicado no dia 19 de maio de 2011:

28

*For six months, we have witnessed an **extraordinary change** taking place in the Middle East and North Africa. Square by square, town by town, country by country, the people have risen up to demand their basic human rights*

29

*That story of self-determination began six months ago in Tunisia. On December 17th, a young vendor named Mohammed Bouazizi was devastated when a police officer confiscated his cart. This was not unique. It's the same kind of **humiliation that takes place every day in many parts of the world — the relentless tyranny of governments that deny their citizens dignity.***

*There are times in the course of history when **the actions of ordinary citizens spark movements for change because they speak to a longing for freedom that has been building up for years. In America, think of the defiance of those patriots in Boston who refused to pay taxes to a King, or the dignity of Rosa Parks as she sat courageously in her seat.***

30

a citizen like that young vendor had nowhere to turn -- no honest judiciary to hear his case; no independent media to give him voice; no credible political party to represent his views; no free and fair election where he could choose his leader.

31

*But in a global economy based on **knowledge**, based on **innovation**, no development strategy can be based solely upon what comes out of the ground. Nor can people reach their **potential** when you cannot start a business without paying a bribe.*

32

*But the **United States of America was founded on the belief that people should govern themselves.** And now we cannot hesitate to stand squarely on the side of those who are reaching for their rights, knowing that their success will bring about a world that is more peaceful, more stable, and more just.*

O primeiro excerto 28 exalta positivamente os acontecimentos recentes, por meio do uso da expressão “*extraordinary change*”. Embora diante de conflitos, muitas vezes fatais, o discurso de Obama é positivo, pois enaltece o aspecto ideológico das revoltas. O dito aqui se constrói a partir do não dito, pois a segunda possibilidade seria dizer que o Oriente Médio passa por um conflito sangrento que resulta na morte de várias pessoas. Ao fazer sobressair o aspecto positivo,

Obama enfatiza o caráter ideológico e político das revoltas e abre sua fala aproximando as revoltas das ideologias compartilhadas pelos americanos; o ex-presidente não separa um *Eles* de um *Nós*, mas coloca todos num mesmo local ideológico. Tanto nesse trecho quanto no que veremos a seguir, o discurso de Obama é inclusivo, tornando o Oriente mais próximo daquilo que o Ocidente possui.

Nos excertos 29 a 31, o presidente, ao afirmar o que o povo de países do Oriente Médio e do Norte da África não têm, faz uma inferência que consolida o que os americanos têm, tornando-os uma espécie de objeto de desejo de todos. Esses objetos estão definidos, entre outras, nas seguintes expressões:

- *freedom,*
- *dignity,*
- *patriotism,*
- *honest judiciary,*
- *independent media,*
- *credible political parties,*
- *free and fair election,*
- *knowledge and innovation,*
- *individual potential.*

Nas palavras do então presidente, os valores acima apontados tornam-se valores desejados por todos os povos cujos direitos são, de alguma forma, suprimidos por tiranos e ditadores. Dessa forma, os valores e os objetos constitutivos da sociedade americana passam a ser valores de todos. Numa visão discursiva, o texto aponta que todos almejam possuir o que os americanos possuem, isto é, ser incluídos no mesmo projeto ideológico.

Cabe realçar a comparação feita pelo então presidente Barack Obama entre o ato heroico de Mohammed Bouazizi na Tunísia e os casos dos americanos de Boston que, na época da independência, se recusavam a pagar impostos à Inglaterra, ou o caso de Rosa Parks, que, em Montgomery, em pleno momento de segregação racial, senta-se bravamente no lugar reservado aos brancos. Essas comparações igualam ideologicamente todos esses heróis, colocando-os em um mesmo projeto.

No último excerto 32, observamos a questão inclusiva presente na ideologia expansionista americana. Barack Obama afirma esse projeto, primeiramente, ao referir-se ao seu próprio país: “*the United States of America was founded on the belief that people should govern themselves*”, e, em seguida, ao defender a expansão da mesma crença: “*we cannot hesitate to stand squarely on the side of those who are reaching for their rights*”. Esse excerto não apenas confirma algumas das questões ideológicas e políticas descritas acima, tal como o governo do povo sobre si mesmo, como vai mais além, ao certificar que o país defenderá sua expansão.

Cabe ressaltar que, quando falamos em expansionismo, estamos bem além de limites de fronteiras físicas, ou mesmo econômicas. Entendemos esse expansionismo no plano ideológico do discurso, ou seja, como a procura por expandir seus limites, transformando o mundo em um lugar habitado pelo mesmo discurso e, portanto, suscetível à dominação de um país com maior poder econômico.

ISSUES REGARDING THE WEST AND EAST: A PROJECT FOR GLOBAL SOVEREIGNTY

Abstract: This article is dedicated to the analysis of the relationship between the West and the East. Starting from the theories proposed by Hardt and Negri (2001), we analyze the discursive construction of the notion of Empire, especially the role of the United Nations (UN) and its ideological basis. We also consider how the media discourse builds the notion of the UN and its members' sovereignty, aiming specifically at North American values. We look at the discourse contained in the Declaration of Human Rights and how it constitutes the predominant discourse of the war in Syria. We believe that this Declaration is built on the values of an American ideological project that expands internationally and that, through mechanisms to control peace and world order, aims to expand its notion of sovereignty.

Keywords: Political discourse. Syrian war. Sovereignty. United States. UN discourse.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2013 [1951]. *E-book*.
- CHOMSKY, N. *Fateful triangle: the United States, Israel, and the Palestinians*. 2. ed. Cambridge: South End Press, 1999.
- CHOMSKY, N.; SAID, E. W. *Acts of aggression: policing "Rogue States"*. New York: Seven Stories Press, 1999.
- CLARK, R. *A United Nations High Commissioner for Human Rights*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1997.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KARNAL, L. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: EdiPro, 2014 [1689].
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *O Conselho de Segurança. Nações Unidas Brasil*, 9 abr. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948/2009. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1978].
- SAID, E. W. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.
- SAID, E. W. *Covering Islam: how the media and experts determine how we see the rest of the world*. New York: Vintage Books, 1997.
- THE NEW YORK TIMES. *The New York Times Article Archive*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/search/sitesearch>. Acesso em: 10 jan. 2018.